

Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03

College challenges front the Law Act Nr. 10.639/03

Zélia Amador de DEUS¹

Resumo

O artigo trata dos desafios de a Lei nº 10.639/03 ser implantada sem que as Universidades e Centro Universitários de formação de profissionais alterem seus currículos e sem que a Academia mude o seu eixo de formação, tratando de maneira equânime as histórias e culturas que formam a nação brasileira. Os equívocos na formação de profissionais acontecem pelo fato de a Academia trabalhar com instrumentos epistemológicos de origem eurocêntrica, que não são capazes de fornecer condições para que a realidade do país seja analisada em todas as dimensões.

Palavras-chave: Racismo. Academia. Democracia racial história. Cultura africana e afro-brasileira.

Abstract

The paper deals with the challenges of Law Act Nr. 10.639/03 to be implemented without changing the curriculums at Universities and College Centers of professional formation and without changing the streamline of formation at College Majors, keeping equality on dealing with the histories and cultures that shape the Brazilian nation. The mistakes on professional formation occur because College, traditionally, works with epistemological instruments of an eurocenter origin which are not capable of providing the necessary conditions for the country reality to be analyzed over all the dimensions.

Keywords: Racism. College. Racial. Democracy history. African and afro-Brazilian culture.

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Pará e professora da mesma instituição. Membro da CADARA. Coordenadora do Grupo de Estudos Afroamazônicos e do Curso de Especialização - Saberes Africanos e Afro-Brasileiros na Amazônia (*Lato Sensu*); Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN. E-mail: <zelia@amazon.com.br>.

Este artigo se originou de uma pequena intervenção que fiz sobre a Lei nº 10.639/03, no Seminário Educação 2011 V Jornada Desigualdades Raciais na Educação Brasileira, evento organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE), Universidade Federal de Mato Grosso, coordenado pela professora Maria Lúcia Rodrigues Muller.

A Lei que foi sancionada pela presidência da república, em 2003, tem uma longa trajetória de discussão no seio do movimento negro, pois desde a década de 1940 que publicações organizadas pelo movimento negro já registram a reivindicação de que os conteúdos curriculares nacionais tratem da história da África e da cultura afro-brasileira. Início, portanto, apresentando a lei e, após, farei um breve histórico sobre a questão racial e apresentarei alguns comentários sobre a tarefa dos docentes a partir da vigência da lei.

ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INCLUIR NO CURRÍCULO OFICIAL DA REDE DE ENSINO A OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vale ressaltar que a aplicação da Lei se constitui um grande desafio para os docentes, pois muitos desconhecem qualquer conteúdo que trate de África e da cultura Afro-Brasileira. Nessa perspectiva, o papel do educador assume grande dimensão, pois, além de buscar formação para cumprir suas funções, na medida em que são poucas as Universidades brasileiras que já adequaram seus currículos visando a aplicabilidade da lei, esse docente tem que iniciar um processo de desconstruir imagens estereotipadas que sempre enfocam a África ressaltando os aspectos negativos: atraso, selva, fome, doenças endêmicas, AIDS, guerras, miséria, pobreza. Essas imagens estereotipadas precisam sair de cena e dar lugar a uma África em sua múltipla realidade. Uma África que seja vista muito mais pelas semelhanças do que pelas diferenças exacerbadas entre os africanos e nós, afinal possuímos uma África no Brasil, pois somos o segundo maior país em população negra no mundo. Temos a maior quantidade de negros fora da África e convivemos com africanidades em nosso cotidiano.

Contudo, nossa formação e a dos que nos antecederam não ofereceu condições para que víssemos a África com outros olhos, uma vez que a nação brasileira assentou suas bases sob a égide do racismo anti-negro e anti-indígenas e a academia pouco tem feito para desfazer esse grande equívoco. Os estudos sobre a questão racial, na América Latina e, em particular, no Brasil, são recentes, no

ambiente acadêmico. Esses estudos num primeiro momento encontram-se na perspectiva de uma política ideológica de *democracia racial*.

As desigualdades sociais que decorrem do Racismo e da Discriminação Racial foram frequentemente negadas no Brasil, e não apenas no Brasil, mas em outros países, como no Chile, na Venezuela, na Argentina, enfim, de um modo geral na América Latina esse fenômeno se dá nas interações diárias entre os negros e os povos indígenas.

Nas sociedades latino-americanas, em que todos os grupos tinham o seu lugar e papéis próprios, sempre pareceram tão *naturais* às desigualdades, que a ideia de dominação racista, geralmente, foi vista – muitas vezes, e ainda o é – como uma grande heresia. Adiante, passado o primeiro momento, o racismo dessas sociedades, na Academia, passa a ser analisado a partir de comparações com o racismo mais explícito dos EUA. Nessa linha, as formas diárias de racismo na América Latina foram sempre consideradas pelos grupos dominantes como benevolentes.

Num terceiro momento, a Academia passa a reconhecer as desigualdades sociais, porém, suas causas são atribuídas à classe social, e não à raça. Não se investiga, de fato, as raízes da desigualdade de classe e pobreza. Mais adiante, a Academia, tanto na América Latina quanto na Europa, geralmente representada pelos cientistas sociais – interessados em África ou em grupos africanos ou indígenas, na América Latina – elegeram como foco de estudo as propriedades e características étnicas dos grupos.

Enquanto isso, as práticas diárias de racismo e de discriminação racial, cometidas pelas elites raciais dominantes em relação a esses grupos, eram negligenciadas, não se constituindo em objeto de estudo, uma vez que, sequer, eram percebidas. Raros são, no espaço acadêmico, os que conseguem identificar o racismo imbuído nas ações dos membros dessas sociedades.

Neste particular, lembro da metáfora construída pelo escritor português, José Saramago (1995). O escritor, na obra *Ensaio sobre a cegueira* fala da *responsabilidade de se ter olhos quando os outros já os perderam*. A obra oferece uma visão importante das relações sociais que passam a existir numa cidade em que todos ficaram cegos, exceto um dos personagens da obra, que se expressa através do enunciado: “[...] Vocês não sabem, não o podem saber, o que é ter olhos num mundo de cegos, não sou rainha. Sou simplesmente a que nasceu para ver o horror. Vocês sentem-no, eu sinto-o e vejo-o.” E o discurso do narrador do romance prossegue com a indagação: “[...] como poderá uma sociedade de cegos apontar saídas para não fenecer?” A resposta vem logo em seguida: “[...] Para que viva. Organizando-se. Organizar-se já é, de uma certa maneira de começar a ter olhos” (SARAMAGO, 1995, p. 317). Portanto, organizar-se foi a saída encontrada pelos negros brasileiros para trazer à cena a questão racial, inclusive dentro da Academia.

Alguns antropólogos, muitas vezes, estão mais interessados em estudar as relações de parentesco, manifestações folclóricas, religiosidade e outras temáticas consideradas *exóticas*, enquanto as práticas racistas são sempre deixadas de lado. Os olhos não veem e, provavelmente, os corações não sentem. Ressalto que essa foi a regra na Academia, muitas vezes, pelo fato de a maioria dos pesquisadores acadêmicos ser originária dos grupos raciais dominantes. Acrescente-se a isso, a falta de experiência desses pesquisadores com o racismo e a discriminação racial.

Nesse caso há de se considerar, também, o fato de que em muitas situações esses pesquisadores acadêmicos se beneficiam do racismo e da discriminação racial, obtendo privilégios. E mais: a Academia tem se pautado pelos valores eurocêntricos. Contudo, nem todos os brancos são essencialmente racistas. Felizmente existem muitas pessoas brancas – dissidentes de seu grupo de origem racial – que enfrentaram ou enfrentam o rigor da Academia neste aspecto. Esses, muitas vezes pagam o ônus da rebeldia e, nem sempre, o objeto de suas pesquisas é considerado empreendimento relevante. Estes rebeldes costumam enfrentar, também, dificuldades com as Agências de fomento e, muitas vezes, não conseguem apoio para desenvolver suas pesquisas.

Nesse ínterim, enquanto a Academia cala os discriminados falam, mas não são ouvidos, são vozes inaudíveis. Creio, levará algum tempo para que se assimile essa linha de investigação como prática usual. Em muitos lugares, foi necessário que os herdeiros da diáspora africana chegassem às Academias para forjar espaços. A experiência cotidiana de opressão os acompanhou, pois, *esses* não entram sozinhos para a Academia. Não costumam andar sozinhos. Carregam consigo, além de sua história de vida, a história de seus ancestrais. A marca desta história está em seus corpos, os acompanha em qualquer lugar em que vão. Mesmo que eles queiram esquecer, não lhes é permitido. Haverá sempre alguém disposto a lhes mostrar, sem a menor cerimônia: É um negro! Isso, na melhor das hipóteses. Às vezes, no embate, logo vem a agressão. Não passa de um negro! Aqui, lembro de Frantz Fanon:

Então, desorientado, incapaz de ser livre como o outro, o Branco, que, impiedosamente me aprisiona, eu me distanciei de meu ser, para bem longe, tornando-me um objeto. O que era para mim, senão uma separação uma extirpação, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? Portanto, não queria esta consideração, esta temática. 'Queria apenas ser um homem entre outros homens'. (FANON, 1983, p. 93).

Não obstante, em que pese o descaso da Academia, a resistência à opressão dos africanos e seus descendentes persistiu. E que *Persistência*. Lutaram com aquilo que ainda que ainda lhes restava de forças, estraçalhados que foram pelos trabalhos forçados. Tampouco os indígenas ficaram inertes. Também resistiram e resistem. Lutaram e lutam, sem parar, a seu modo. E não faltou *Branco* que não reconhecesse essas lutas. Não são capazes! Têm que ser ensinados. Precisam ser tutelados. Nunca vão ter uma História! Aqui, não se pode perder de vista que a história das sociedades africanas e indígenas sempre foi deixada de lado. Isto se sabe, provocado pelo racismo colonial que acompanhou o processo de colonização dos europeus, no mundo.

Como as sociedades africanas e indígenas apresentavam configurações diferentes daquilo a que os europeus estavam acostumados, razão pela qual, a conclusão é a de que eram sociedades sem Civilização e sem História. É verdade. Não costumam ter uma história. Têm muitas Histórias. São Pródigos de Histórias.

Ao longo do tempo, à medida que as ações dos africanos e seus descendentes se acirram, o racismo vai trocando de *Persona* (máscaras) e outras explicações, no plano do discurso, vão sendo construídas para justificar a negação das ações de rebeldia desses homens e dessas mulheres.

Nessa linha de raciocínio, a violenta luta contra a escravidão foi cunhada de atos bárbaros e o comportamento dos negros e negras, lido como patologia social; mais tarde, a patologia social se transforma em patologia biológica. No período abolicionista surge uma espécie de elite conciliadora que tenta elaborar discursos em favor dos escravizados. Contudo, ao mesmo tempo, esta mesma elite se apressa em elaborar discursos visando a esvaziar e diluir as intensas ações dos escravizados em seu processo de libertação.

Nessa linha do discurso de *conciliação*, o discurso contundente dos negros é destituído de força, e o discurso que se afirma é o discurso moderador, que dilui as ações dos negros e negras e seu papel dinâmico de sujeitos construtores de história.

Dessa forma, temos um processo de abolição que entrará para história oficial da nação brasileira, como resultado da *benevolência* das elites *letradas*. Após a abolição, as elites montam estratégias contra as organizações dos negros, que passam a ser perseguidos em suas ações rotuladas como *desorganizadas*, *artificiais* e *deslocadas*. Enquanto isso, as elites firmam o pacto com a *Persona* (máscara) contemporânea do racismo brasileiro, *mito da democracia racial*.

Em que pese à repressão, os negros e negras permanecem na tarefa de *resistir sempre*. Criam canais para falarem na mesma linguagem dos *letrados*. Surge a *imprensa negra*, ocupando o espaço que antes fora ocupado apenas pelas *Irmandades*, *terreiros* e *clubes*. Melhor dizendo, não se trata de ocupar o espaço, mas de somar com as organizações já existentes. Quando a imprensa negra começa a se afirmar como discurso fundado na palavra, vem a repressão do Estado Novo.

Negros e negras, inconformados, são reprimidos, mas não se curvam. Criam associações. Estabelecem alianças. Se (re)aproximam da África. Encontram semelhantes em outros territórios da África negra, de maneira a afirmar um discurso de unidade. Portanto, a resistência venceu. Atravessou os tempos. Não cessou de tecer teias. Construiu redes. Atravessou, não apenas o tempo. Atravessou, também, o espaço e rompeu fronteiras. Em suma, atravessou o espaço circunscrito à Nação.

Nesta linha de raciocínio, o racismo deve ser entendido transnacionalmente. A luta contra o racismo caminha numa via de dois sentidos. O local e o transnacional, isso foi percebido por diversos autores, entre eles, Costa (2006) a quem ousou parafrasear: “As diásporas transnacionais constroem vínculos de solidariedade e pertencimento” (COSTA, 2006, p. 125). Ou ainda, para continuar inspirada em Sérgio Costa: os contextos transnacionais de ação não se constituem através de referências nacionais – essas, muitas vezes, aparecem diluídas ou deslocadas de seu contexto territorial de origem – mas de temas, estratégias e objetivos que não podem ser circunscritos a um Estado-nação particular.

Dessa forma, a experiência de luta tem demonstrado que os dois contextos, o local (nacional) e o transnacional se entrelaçam e se interpenetram e um é capaz de influenciar o outro. A via, realmente, é de mão dupla.

Contemporaneamente, em meados do século XX, a resistência negra contra o racismo e a discriminação racial recebeu um grande impulso. Infelizmente o impulso foi de ordem trágica. Mas, de tragédias os herdeiros de Ananse sabem falar. Foram obrigados a viver sob a insígnia da tragédia desde a implantação do colonialismo europeu. A diferença é que não se curvaram à *catarse* do herói clássico do gênero grego. A tragédia contemporânea, à qual me refiro, é o genocídio dos judeus configurado no holocausto, o grande horror da Segunda Guerra Mundial, capaz de chocar o mundo.

Nesse caso, tragédia se abateu sobre os *mesmos* em território europeu. Tantos outros genocídios aconteceram durante o processo de colonização, mas com os *outros*, distantes geograficamente do território europeu. O momento é de reflexão. Naquele novo contexto, após a tragédia do holocausto, havia que se construir uma nova ordem no mundo ocidental.

Nesta perspectiva, foi criado o sistema internacional dos Direitos Humanos, inaugurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Deste instrumento, resultado da nova ordem estabelecida pelos brancos, se serviu o movimento negro para a elaboração de novas estratégias de luta.

É o resultado dessas ações de resistência que fortalece e legitima o discurso do movimento negro. Legitima não apenas seus discursos diante do poder estabelecido, mas é responsável pela criação de novas ações, além de propiciar

o surgimento de novas ações antirracistas. Significa dizer que cada ação dos atores envolvidos no processo e que, de uma forma ou de outra, desestabilize a hegemonia do discurso racista, fomenta e retro alimenta novas ações.

Para desconstruir o discurso racista faz-se necessário a reformulação de um sem número de conceitos, com os quais nos deparamos no cotidiano e que, muitas vezes, chegam a dificultar o processo na luta contra o racismo. Estas dificuldades mostram a constância e, ao mesmo tempo, a instabilidade da luta racial, pois são a prova de que os conceitos com os quais a Academia tem lidado para tratar a questão racial, muitas vezes, estão falidos. Esta situação mostra, também, a instabilidade e a ineficácia desses conceitos, considerados clássicos pela Academia, para abarcar o que ocorre no campo da luta racial. Este fenômeno gera um conflito que, longe de ser insolúvel, abre espaço para as falências de certas abordagens que, ainda, são utilizadas no espaço acadêmico.

Nesta perspectiva, ao contrário do que se pode pensar, o conflito pode se tornar um motor gerador de um dinamismo interno nas Academias, capaz de gerar um futuro promissor. Para tanto, é necessário que o mecanismo do sistema de *cotas* para negros nas Instituições de Ensino Superior, atinja o objetivo de aumentar a presença negra no espaço acadêmico, visando a desconstruir o discurso dominante.

Costuma-se entender por desconstrução (DERRIDA, 1985) o esforço e as tentativas de análise de como se construiu um conceito qualquer a partir de processos históricos e acumulações metafóricas. Contudo, conforme Jacques Derrida, o termo *desconstrução* não se trata de reduzir o conceito, já tornado clássico, ao *nada*. Trata-se de mostrar como ele se desarmou. Nesta linha, espera-se, seja este o papel dos negros que chegarem às Universidades. Melhor dizendo, esta deve ser a resposta fundamental da proposta de negros na Universidade: *enegrecer* o espaço acadêmico, visando a aumentar os números de estudos e pesquisas que tratem da questão racial, e que busquem encontrar saídas para a sociedade por meio de estudos e pesquisas que possam ancorar a *Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial*.

Devo salientar que, aqui, falo de *raça* sempre sob rasura, apoiada em vários estudiosos da questão racial e, particularmente, em Stuart Hall, por entender que *raça* traduz com maior eficiência a experiência brasileira, por causa da importância que é dada à cor da pele, ao fenótipo. Embora sabendo que, conceitualmente, a categoria *raça* não possui sustentação científica, destaco que *raça* continua sendo uma construção política e social.

Posso dizer que *raça* é uma categoria discursiva em torno da qual se organizou um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão. Stuart Hall (2003, p.69) diz que o Racismo contemporâneo se impõe como “[...] categoria discursiva

que possui uma lógica própria”. Lógica que tenta justificar as desigualdades sociais e que as legitima por meio das distinções genéticas e biológicas. Ou seja, a justificativa para a desigualdade se encontra no campo da natureza. É o efeito dessa *naturalização* que contribui para que a desigualdade racial passe a ser um *fato fixo*, impassível de mudança.

Albert Memmi diz que o racismo é inerente ao colonialismo, porque no racismo reside o princípio dos privilégios do colonialista e, por esse motivo, afirma: “É significativo que o racismo faça parte de todos os colonialismos em todas as latitudes. Não é uma coincidência: o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonialista e colonizado” (MEMMI, 1989, p. 68).

Observa, também, que o racismo não é uma doutrina constituída de teorias, as quais o colonizado tenha que aprender; se doutrina houver, é para o colonizador que as engendrou e que, a partir delas, passa a modelar suas ações, pois seu racismo é vivido no cotidiano.

Ao lado do racismo colonial o dos doutrinários europeus parece transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem paixão. Conjuntos de condutas, de reflexos adquiridos, exercidos desde a primeira infância, valorizado pela educação, o racismo colonial está tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as mais banais, que parece constituir uma das mais sólidas estruturas da personalidade colonialista. (MEMMI, 1989, p. 69).

A análise de Memmi (1989) da atitude racista do colonizador é rica de nuances, no sentido de mostrar que elas obedecem a um sistema composto de três importantes elementos, urdidos de forma a garantir que um fato sociológico passe à dimensão de biológico ou metafísico. Em primeiro lugar, o colonizador tem que descobrir e colocar em evidência as diferenças entre ele e o colonizado. Descobertas as diferenças, valorizá-las, lógico que em seu benefício, fazendo crer que elas fazem parte da essência do colonizado e, por seu turno, da essência do colonialista. Isto feito, levar as diferenças ao absoluto, afirmando que são definitivas, e agindo a fim de que se tornem tais, de forma a definir o exato lugar das partes envolvidas no processo. ·

Nesse contexto, o esforço constante do colonizador consiste em explicar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado. O fosso de separação entre o colonizador e o colonizado, fundado nas diferenças, deve ser sempre mantido. De modo que o colonizado nunca possa, sequer, aspirar passar para o clã do colonizador. Isto significa que, por mais que

se esforce, jamais poderá deixar de pertencer ao seu grupo e passar para o outro grupo. Mesmo com todo esforço, o máximo permitido ao colonizado é que ele seja apenas um simulacro do colonizador. E a arma a lhe impedir a passagem é o racismo. Portanto, o racismo não é um pormenor mais ou menos acidental, ao contrário, é um elemento consubstancial do colonialismo (BALANDIER, 1976).

George Balandier (1976), ao analisar a situação colonial, observa que o contato entre as civilizações acontece numa perspectiva globalizante, de forma que o dominador passe a ter domínio dos diferentes níveis da realidade: social, econômico, político, cultural e, até mesmo, psíquico. Melhor dizendo, o dominador tenta alcançar as manifestações mais profundas do dominado, inclusive as que engendram a personalidade do colonizado.

É nesse contexto que se deve entender o racismo como um elemento consubstancial do colonialismo, pois, conforme Balandier (1976) é através do racismo que o domínio colonial se expressa:

O fato se exprime, de maneira visível, pelas radicais diferenças de raças e de cultura, e é reforçado por uma segregação mais ou menos direta. Tais *diferenças* assumem importância tanto maior quanto mais são manipuladas para justificar a dominação de uns e a submissão de outros determinam os componentes raciais e culturais das reações contra a dependência colonial. (BALANDIER, 1976, p. 152).

O racismo, portanto, é um discurso ideológico com base na exclusão de certos grupos por causa da constituição biológica ou cultural desses grupos. Uma das grandes especificidades do racismo consiste em sua insistência constante em afirmar que uma diferença significa uma avaliação negativa do *outro*. Isto é uma recusa enfática a qualquer tendência de vê-lo como *um igual*. O racismo faz uso dos estereótipos que atribuem superioridade a um grupo e, por consequência, inferioridade ao *outro*. Por sua vez, os estereótipos constituem alicerces para a construção do preconceito racial, base da discriminação racial. O racismo contribui para que aquilo, que é apresentado como distinção precisa entre as pessoas classificadas, se transforme numa série de características positivas ou negativas que dependem da *raça*.

Com efeito, além de operar desigualdades sociais, o racismo cumpre funções mais amplas de dominação, como ideologia de hegemonia ocidental, que transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados. Essa ideologia atua por meios de representações sociais em nível do subconsciente ou

do imaginário social. Não precisa ser explicitada em linguagem direta, pois se instala, mediante o processo de socialização, na representação do real internalizada pelos indivíduos. As dimensões simbólicas das representações que permeiam a educação e a cultura, e os efeitos psicológicos que estas operam sobre negros e brancos, são inseparáveis e constitutivos do racismo e se revelam parte integrante dos mecanismos de discriminação nas relações sociais (NASCIMENTO, 2003).

Um dos papéis fundamentais do racismo tem sido negar a participação social, política e econômica a determinados grupos e tornar legítimas as diversas formas de exploração. O racismo está incrustado em relações de poder. Consiste na capacidade construída de um grupo em formular uma ideologia que não apenas torne legítima uma determinada relação de poder, mas, também, que funcione como um mecanismo capaz de reproduzir essa relação de poder. Ellis Cashmore, no *Dicionário das Relações Étnicas e Raciais*, define o racismo moderno como a combinação do preconceito com o poder e para ele, o preconceito reflete uma “[...] atitude mental inflexível para com certos grupos, baseada em imagens estereotipadas, duvidosas e possivelmente distorcidas” (CASHMORE et al. 2000).

Kabengele Munanga, em palestra proferida em julho de 2006, na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (II CIAD), diz que “o preconceito racial é o coração do racismo”².

Levando-se em conta as atitudes racistas, o poder possui grande importância e pode, também, desempenhar vários papéis. O primeiro deles é o papel do poder no discurso racista. Esse poder é epistemologicamente exercido nas práticas de nomear e avaliar as vítimas do racismo. Nomeia e avalia quem possui o poder. Ao grupo ou aos grupos desempoderados não cabe outra escolha, a não ser aceitar de forma passiva.

O segundo é o papel conforme o qual as consequências sociopolíticas do racismo são submetidas ao poder possuído pelos racistas. A título de exemplo: uma pessoa pode considerar toda sua vizinhança inferior, mas, se essa pessoa não possui poder, sua opinião racista será limitada e os vizinhos não sofrerão maiores consequências. Isto significa que não existe racismo desvinculado das relações de poder. O racismo se constitui, hoje, numa resposta engendrada a serviço de modernas ideologias de dominação e exclusão, no interior do sistema capitalista de produção e seus desdobramentos.

2 MUNANGA, Kabengele. Palestra proferida em julho de 2006. Mesa Redonda - Ações Afirmativas. CONFERÊNCIA DE INTELLECTUAIS AFRICANOS E DA AFRO-DIÁSPORA - CIAD, 2, 2006, Salvador.

No exemplo aqui utilizado, as relações acontecem na dimensão subjetiva, dimensão em que atua o preconceito. Para que o processo do racismo se torne completo as relações devem atuar em duas dimensões: a subjetiva e a objetiva. Esta sim, na esfera do concreto, dimensão em que atua a discriminação. Portanto, para que se combata o racismo há que se pensar em estratégias para a construção de um contradiscurso eficiente e eficaz, capaz de combater o racismo e eliminar as ações discriminatórias. Esse contradiscurso não deve atuar apenas no campo da retórica, mas concretamente operar ações que mudem o quadro de prejuízos das vítimas do racismo.

Foucault (1999) assinala que o racismo é algo capaz de proliferar secularmente, algo que se enrosca na engrenagem estatal e, no limite, se transforma em inimigo, capaz de ameaçar a hegemonia, e até a soberania do Estado, àqueles que estão dentro da sociedade. Nessa lógica, os inimigos que atentam contra a ordem e a soberania não são mais os de fora e, sim, os de dentro. Ainda para Foucault (1999), o racismo é o modo pelo qual o poder do Estado decide quem deve viver e quem deve morrer, é a maneira mais eficaz de produzir o desequilíbrio entre os grupos de uma população. Nessa linha, o racismo exacerba as diferenças, exerce a violência e mutila socialmente o cidadão. Para Foucault, as primeiras funções do racismo são: fragmentação, controle e gestão. A segunda função (extrema) é aquela que permite ao Estado estabelecer uma relação positiva, até diante da mais extrema das ações, que é a morte. O desaparecimento do *outro*. “Quanto faças morrer, deixes morrer, tanto mais por isso viverás” (FOUCAULT, 1999, p. 305). A morte do *outro*, do ponto de vista individual, representa a minha segurança pessoal e, do ponto de vista coletivo, o Estado se vê livre da ameaça. Dessa perspectiva, a morte, muitas vezes simbólica do *outro*, representa a saúde social do grupo privilegiado. A partir dessa lógica, a cidadania passa pelo controle do corpo social, estabelecendo uma nova forma de poder que Foucault denomina de biopoder.

O terceiro papel do racismo é aquele que faz com que, numa sociedade, o grupo que detém o poder imponha uma visão de mundo a partir da ótica racista. A sociedade em questão se torna dividida entre grupos minoritários e grupos majoritários.

De acordo com o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio et al. (1998, p. 791), os grupos considerados minoritários, “[...] não são necessariamente menores do ponto de vista numérico, mas são aqueles que enfrentam o preconceito e o tratamento desigual por serem vistos como inferiores em algum aspecto”. *Minoria*, portanto, reflete uma relativa ausência de poder. Ao contrário, o *grupo majoritário* possui o poder político, econômico e ideológico. Sua cultura é considerada a *cultura natural* de toda a sociedade e sua língua é a que domina a esfera privada e pública. A posição de privilégio de um grupo provém, quase sempre, de seu acesso ao poder da máquina do Estado.

Por sua vez, o poder do Estado pode se manifestar de diversas maneiras, que vão desde o que se pode chamar de *definição racial* até o controle das oportunidades de emprego, educação, habitação etc. O Estado tem poder fundamental, tanto no alívio quanto no aumento das dificuldades das vítimas do racismo. Por esse motivo é que os Estados são instados nos acordos, pactos e convenções internacionais, que têm a função de combater o racismo e a discriminação racial.

Na perspectiva da persistência, apontarei alguns instrumentos ideológicos classificatórios definidores de hierarquias e subalternidades entre as diferentes *raças*, construídas ao longo dos quinhentos anos, no processo de colonização das Américas. Nesse processo, apesar das mudanças ocorridas nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais, desde o início e, sobretudo, nas últimas décadas, esses instrumentos classificatórios, definidores de hierarquia e subalternidade, persistem ainda em se manter, prejudicando a construção de uma identidade racial negra, a ampliação da cidadania e a efetiva democratização da sociedade Brasileira.

Com efeito, a Lei nº 10.639/03, resultado de uma história de luta dos descendentes de africanos, impõe aos educadores a tarefa de ensinarem aos seus discípulos que o continente africano é o berço da humanidade, o continente onde surgiram os ancestrais de todos os homens e mulheres, desse lugar saíram há cem mil anos nossos ancestrais para povoar o mundo. Nesse lugar surgiram as civilizações mais antigas, o Egito, por exemplo, que exerceu grande influência para as bases da constituição do que conhecemos como civilização ocidental.

O educador precisa estar cômico de que a África não é um todo homogêneo, mas um continente extenso, de 30 milhões de quilômetros quadrados de superfície, que abriga diversas civilizações, milhares de etnias e distintas culturas. Possui uma população de cerca de 600 milhões de habitantes, centenas de povos que falam diversas línguas, que possuem semelhanças, mas também diferenças entre si. Do ponto de vista geográfico, o deserto do Saara estabeleceu uma divisão natural do continente africano. A África do Norte, que muitos chamam de África branca ou África árabe, é constituída pelos países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. E a África Subsaariana, conhecida como África negra, compreende todos os países da África ocidental, oriental, central e austral.

Para o senso comum, a imagem que se tem da África é reducionista, pensa-se que tudo é a mesma coisa. Esse reducionismo é consequência do racismo, que perde de vista que o continente africano é formado por 56 países diversos, mas que também possuem semelhanças. A unidade geográfica dos países africanos abriga diversidade biológica, linguística, étnica e cultural. Os atuais estados africanos, com raras exceções, são estados multiétnicos, ou seja, são constituídos por vários povos, que falam línguas diferentes e possuem escalas de valores, crenças religiosas e instituições políticas e familiares distintas.

Entender a história do continente africano em sua plenitude e complexidade se constitui num importante passo para garantir o redimensionamento da cultura negra, história e identidade dos negros brasileiros e da sociedade brasileira. O embasamento teórico são constructos de cunho epistemológico que poderão fornecer, no ambiente escolar e entre os educadores e no sistema educacional em suas várias instâncias, o reconhecimento da história dos negros e, por consequência, maior valorização da descendência africana entre os afro-brasileiros.

Muitos educadores costumam dizer que não conseguem encontrar material didático, isso podia ser verdade até há bem pouco tempo, pois eram poucas as publicações que chegavam até nós sobre o continente africano, mas hoje a situação mudou. E, para tanto, os intelectuais negros têm exercido um papel fundamental. Um papel incansável, no sentido de corrigir as injustiças históricas que extirparam o continente africano do contexto da história internacional da humanidade. É como se aquele fosse um continente ahistórico. Um continente sem história. Aos poucos, a África e os descendentes de africanos vão se desvelando e deixando o papel de serem apenas temas e objetos de estudos dos brancos, para assumir o papel de protagonistas de sua própria história. Oxalá, a Lei nº 10639/03 seja o mote para que tal aconteça!

Não raras vezes, os educadores e militantes do movimento negro, que trabalham com a educação para as relações étnico-raciais, ficam ansiosos porque a Lei parece entrar morosamente no âmbito acadêmico, não obstante os esforços desempenhados. Contudo, penso que esta dificuldade se dá pelo fato de que a aplicabilidade da Lei não se constitui uma tarefa fácil, não basta incluir esta ou aquela disciplina, isto seria restringir sua abrangência. Antes, se trata de uma mudança radical capaz de abalar os paradigmas que amparam o eixo da Educação no país.

Referências

BALANDIER, George. **As dinâmicas sociais**: sentido e poder. Tradução de Gisela Stock e Hélio de Souza. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Editorial S. A., 1976. p.70-71.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 2.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CASHMORE, Ellis et al. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

COSTA, Sérgio. **Dois atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DERRIDA, Jacques. Cartas a um amigo japonês. **Revista de Estética**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 15-18, 1985.

DEUS, Zélia Amador de. **Os herdeiros de Ananse**: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negras máscaras brancas**. Outra gente. Salvador: Editora Fator, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 93- 99. (Aula de 21 de janeiro de 1976).

HALL, Stuart. Questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

MUNANGA, Kabengele. Palestra proferida em julho de 2006. Mesa Redonda - Ações Afirmativas. **Conferência de Intelectuais Africanos e da Afro-Diáspora - CIAD, 2**, 2006, Salvador.

NASCIMENTO, Elisa Larkin do. **O sortilégio da cor**: identidade raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Recebimento em: 05/03/2012.

Aceite em: 15/03/2012.